

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO



ATA Nº 11/97

001. Aos quinze dias do mês de agosto do ano de m...  
002. com início às oito horas e trinta minutos, no Gabir...  
003. uma sessão ordinária do Conselho Coordenado...  
004. Extensão - COCEPE, da Universidade Federal...  
005. convocada e presidida pelo Professor José Carl...  
006. da UFPel, contou com a participação dos seg...  
007. Piccoli, Pró-Reitor de Graduação; Nei Fernandes...  
008. Pós-Graduação; Francisco Elifalete Xavier, Pr...  
009. Maria Helena de Carvalho, representante do Conselho Universitário, Carlos Willi...  
010. Van Der Laan, representante da Área de Ciências Agrárias; Roberto Westrupp,  
011. representante de Área de Ciências Exatas e Tecnologia; André Haack,  
012. representante da Área da Ciências da Saúde e Biológicas; Anaizi Cruz Espirito  
013. Santo, representante da Área de Letras e Artes; Adenir Frandoloso, representante  
014. discente; Tatiane Christ em substituição a conselheira Mônia Laura Faria  
015. Fernandes, representante discente. Esteve ausente a conselheira Maria Antonieta  
016. Dall'Igna, representante da Área de Ciências Humanas. Constatada a existência  
017. de quorum legal, o Senhor Presidente após cumprimentar os presentes declarou  
018. aberta a sessão, esclarecendo as razões que levaram a realização desta reunião  
019. com pauta específica. Após, passou ao item 01 da pauta, fazendo uma breve  
020. explanação sobre a necessidade urgente que o COCEPE tem de tomar ciência da  
021. Portaria nº 1.731 de 04 de junho de 1997, do Ministério da Administração Federal  
022. e Reforma do Estado. Manifestando-se, o conselheiro André Haack indagou da  
023. Presidência, que respondesse em síntese, visto que já houve reuniões com os  
024. Diretores de Unidades sobre este assunto, qual foi o entendimento que ficou, após  
025. ser analisada a Portaria nº 1.731 do Ministério da Administração Federal. O  
026. Senhor Presidente respondendo a pergunta sustada pelo conselheiro, disse que o  
027. compreendido foi de que "conforme o artigo 12º da Portaria acima referida, ficam  
028. canceladas as autorizações para realização dos concursos públicos concedidas  
029. em data anterior a 30 de junho de 1996, cujos editais de abertura de inscrição  
030. para o certame não tenham sido publicados". O conselheiro André Haack  
031. decodificando o assunto entendeu que "aquelas vagas que foram autorizadas  
032. nesta época de 1996, que eram as vagas de 1994 e 1995, e que um ano depois  
033. da autorização ainda não tinham o seu edital publicado, elas estão perdidas". O  
034. conselheiro Roberto Westrupp complementando o assunto expressou-se nos  
035. seguintes termos: "nos preenchemos as 112 vagas autorizadas e o problema é  
036. que os novos editais não poderão ser publicados, porque não se teria mais  
037. liberação". O Senhor Presidente complementou a conclusão do conselheiro  
038. Roberto dizendo que "nós jogávamos com o prazo da validade do concurso por  
039. dois anos e agora diz na Portaria 1.731, no seu Artigo 7º - parágrafo 3º que a  
040. validade do concurso público esgotar-se-á definitivamente no prazo de quarenta e  
041. cinco dias após a publicação". O conselheiro André Haack expôs três situações  
042. diferentes, como segue: "1ª - as vagas autorizadas de 1994 e 1995 que, um ano  
043. depois, ainda não tiveram seu edital publicado, não serão mais liberadas; 2ª.  
044. foram feitos concursos em vagas que não tinham sido autorizadas, que foram  
045. efetivadas; 3ª. não esta dito na Portaria em discussão, que novas vagas não  
046. serão autorizadas". O conselheiro definiu seu raciocínio, sugerindo que em vista  
047. do prazo de validade de um concurso ser de apenas quarenta e cinco dias, os  
048. concursos que ainda estão em andamento, devam ficar pré-prontos para que  
049. sejam efetivados, no momento em que novas vagas sejam autorizadas. O Senhor  
050. Presidente concordou com o posicionamento acima exarado pelo Conselheiro

APROVADA EM REUNIÃO

AA 07/10/97



051. André, esclarecendo que "desta forma não se gastará com um concurso que na  
052. verdade não será efetivado". O conselheiro André Haack, à nível de Comissão de  
053. Concursos, emitiu o parecer favorável aos concursos que já tem a marcação de  
054. data autorizada, estes sejam realizados. O Senhor Presidente ressaltou que  
055. "ainda tem um grande número de editais prontos que devem ficar aguardando,  
056. porque no momento se tem apenas quarenta e cinco dias de validade de um  
057. concurso mas, para aqueles que já tiveram suas datas marcadas, estes deverão  
058. ocupar as vagas autorizadas pelo MARE, e o excedente suspender, visto que,  
059. conforme Portaria nº 1.731 do Ministério da Administração Federal, no momento  
060. não se tem mais os dois anos de validade de um concurso, mas somente  
061. quarenta e cinco dias". Após ampla discussão entre os conselheiros onde foi  
062. objeto de discussão "Concursos Públicos na UFPel", o Senhor Presidente  
063. convidou o Pró-Reitor Administrativo, Professor Paulo Pinho, para que viesse a  
064. tomar parte da reunião e desta forma poder contribuir com a discussão que ora  
065. se desenrola, visto que o mesmo esteve reunido com o Procurador Geral da  
066. UFPel tratando sobre este assunto. O Professor Paulo Pinho com o uso da  
067. palavra, inicialmente relatou aos presentes, os Artigos 53 e 54 da Lei de Diretrizes  
068. e Bases da Educação Nacional e, após concluiu, explicando os parâmetros que o  
069. MARE e MEC estão se baseando na ora em que vão distribuir as vagas para as  
070. Universidades. Prosseguindo, esclareceu a posição que a Universidade Federal  
071. de Pelotas que, segundo sua Procuradoria Jurídica, deve tomar em relação aos  
072. Artigos supra citados, como segue: "a análise inicial do Procurador da UFPel que  
073. nos foi repassada das universidades mais próximas em relação ao assunto, Santa  
074. Maria e Rio Grande, é de não afrontar o MARE em termos numéricos, visto que a  
075. Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal do Paraná  
076. estão bancando, são grandes. Será que nós temos cacife para agir da mesma  
077. forma? Isto é uma análise preliminar do que o Procurador nos passou. Eu,  
078. particularmente tenho uma preocupação, já que trabalhamos bastantes nisto, é  
079. porque nunca se fechou a matemática. Por que? Porque num determinado  
080. momento, isto foi em julho de 1995, o MEC nos dava um parâmetro, fornecendo  
081. para todas as universidades, um percentual das vagas existentes, que sempre se  
082. ouviu falar, que era 50%. Nós nunca conseguimos chegar a estes dados, e estes  
083. dados eram que o MEC tinha, ou seja, a alimentação de informações, que agora  
084. nós estamos tentando achar as corretas, a alimentação destas informações junto  
085. ao MEC, determinou que nós fomos premiados 'força de expressão', mas fomos  
086. obsequiados com 50% das vagas existentes na época, e a gente lutou para tentar  
087. dentro das unidades- olha tem cinco vagas, vai levar só duas. A partir daí, não  
088. nos deram mais nada, e o parâmetro que eles estão utilizando como referencial, é  
089. de uma força docente de oitocentos e doze vagas, isto rotineiramente eles tem  
090. colocado nos despachos que nos mandam, até para contratação de professor  
091. substituto. Então eles tem um controle que é tão irregular quanto o nosso, talvez  
092. pior do que o nosso, tanto é, que ultimamente nos próprios despachos Ministeriais  
093. e despachos da SESu quanto a autorização e contratação de professor substituto,  
094. eles estão passando a responsabilidade para nós, ou seja, eles se baseiam e  
095. estão sempre repetindo esta frase 'apresente a informação acerca de elementos  
096. fornecidos pela IES, a qual cabe ao observante da legislação reguladora da  
097. matéria', o que em suma, transfere à responsabilidade para nós. Numa reunião  
098. que eu participei a um mês atrás, em Brasília, na Comissão de Recursos  
099. Humanos da ANDIFES, um dos parâmetros utilizados pelo MARE para destinar  
100. autorização de vagas, e o MEC para pedir isto ai também. Eles estão tão  
101. desorganizados quanto nós, dentro dos nossos parâmetros, e eu diria muito mais,  
102. porque a grandiosidade deles é maior, então o erro deles deverá ser muito maior,  
103. e é. O que a SESu tem passado para nós, informação em relação a professor  
104. substituto - se vocês tem o controle das vagas, existe vagas, façam o Concurso  
105. que nós autorizamos, porque eles depois, vão negociar com o MARE. Então está  
106. havendo uma inversão daquilo que até um tempo atrás, nós éramos obrigados a  
107. aceitar, ou seja, não se desencadeava um processo seletivo, sem que houvesse

*[Assinatura]*





108. autorização formal do MEC, que por sua vez tinha que pedir para o MARE.  
109. Mudou, está invertendo, Pôr que? Porque eles não estão nos dando vaga para  
110. professor definitivo, é esta loucura e o aumento de aposentadorias esta cada vez  
111. maior, de Técnico Administrativo e Docentes a cada dia estão saindo, e não se  
112. altera o quadro, nós temos oitocentos e doze vagas e, esta Portaria que agora  
113. nos vem chacoalhar, e que nós vamos ter que tomar uma posição, eu diria para  
114. vocês que inicialmente eu toparia bancar a briga, seguir os Concursos que nós  
115. temos aí, em cima das vagas existentes e aí é que reside minha grande  
116. preocupação, se neste momento já preenchemos as vagas existentes". O  
117. conselheiro Roberto Westrupp sugeriu que se deva definir quais os concursos que  
118. estão em andamento, que devem ser beneficiados. O conselheiro André Haack é  
119. de parecer que se deva seguir a ordem em que foram chegando ao COCEPE,  
120. para homologação do resultado final. O conselheiro Carlos Willi Van Der Laan  
121. posicionou-se favoravelmente ao parecer acima exarado pelo conselheiro André  
122. Haack. O Professor Paulo Pinho interpretando o Artigo 12º da Portaria em  
123. discussão, aclarou que há uma interpretação de que a Portaria determina que  
124. ficam canceladas as autorizações para realização de Concurso Público  
125. concedidas em data anterior a 30 de julho de 1996, cujos editais de abertura de  
126. inscrições para o certame não tenham sido publicados, desta forma ficam  
127. canceladas as autorizações, mas as vagas continuam sendo mantidas, concluiu.  
128. Prosseguindo, o Professor Paulo Pinho sugeriu que os Editais que se encontram  
129. no momento, em aberto, ~~não~~ permitir a realização do concurso. Após ampla  
130. discussão entre os conselheiros, e o relato do Professor Paulo Pinho, Pró-Reitor  
131. Administrativo da UFPel, ficou definido que: 1. Qualquer concurso cujo edital  
132. passe do prazo estipulado pela Portaria 1.731 de 04 de junho de 1996, do  
133. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, ficam canceladas a  
134. autorização para a realização do concurso; 2. Para os concursos públicos que já  
135. se encontram com edital publicado, ~~não~~ será permitido a realização do concurso,  
136. sendo interrompido no momento de sua inscrição, até que se tenha uma posição  
137. definitiva por parte do MARE e MEC. Após, não havendo mais questionamento  
138. por parte dos conselheiros sobre o assunto, o Senhor Presidente agradeceu os  
139. esclarecimentos prestado pelo Professor Paulo Pinho, Pró-Reitor Administrativo  
140. que, momento seguinte, se retirou da reunião. Dando prosseguimento a reunião,  
141. o Senhor Presidente passou ao item 02 da pauta: Comissão de Progressão  
142. Funcional. Manifestando-se sobre o assunto, o Senhor Presidente justificou a  
143. necessidade da criação de uma comissão que passe a tratar os assuntos  
144. relacionados a progressão funcional de docentes na Universidade Federal de  
145. Pelotas, e de imediato, propôs que a Comissão fosse constituída pelos seguintes  
146. membros: Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação ou a seu critério um  
147. representante por ele designado; um membro da Comissão Permanente de  
148. Pessoal Docente-CPPC; um membro do COCEPE, sendo indicado o conselheiro  
149. João Nelci Brandalise, Pró-Reitor de Graduação. Não havendo manifestação por  
150. parte dos conselheiros, a proposta foi colocada em regime de votação, sendo  
151. aprovada por unanimidade dos presentes. A seguir, o Senhor Presidente passou  
152. ao item 03 da pauta: Outros assuntos. O Senhor Presidente atentou os  
153. conselheiros para a urgência do assunto, momento após, solicitou a Comissão de  
154. Pesquisa e Pós-Graduação que se manifestasse a respeito. Com a palavra, o  
155. conselheiro Nei Fernandes Lopes relatou o processo nº 23110.001977/97-90 de  
156. Adriane Borba de Almeida da Silva, solicitando afastamento para realizar  
157. doutorado na Espanha. O COCEPE homologou o parecer favorável "ad  
158. referendum" exarado pela Comissão, que foi favorável ao afastamento por um  
159. período de três anos, à partir de 01 de outubro de 1997. Ato contínuo, o  
160. Presidente do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão-  
161. COCEPE, agradeceu a presença de todos, declarando o encerramento da  
162. sessão. Do que para constar, eu *MM* José Eduardo Pereira de Magalhães,  
163. Secretário dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, após aprovada,  
164. será igualmente assinada pelo Senhor Presidente.

*Jose Carlos da S. Osorio*